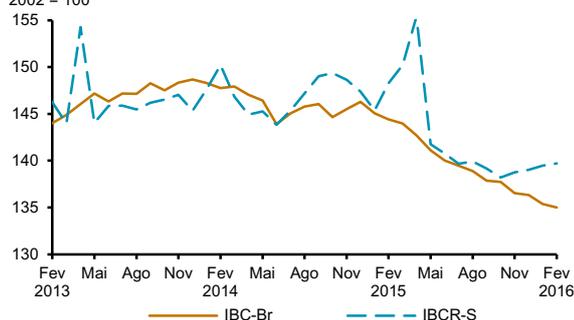


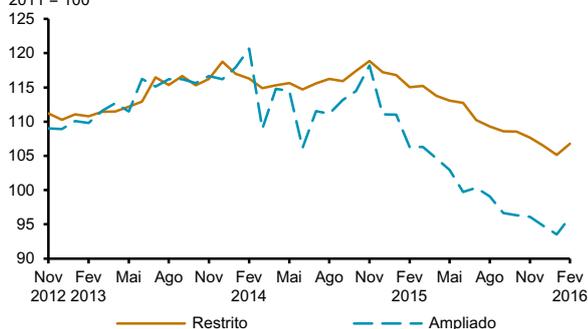
**Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100



**Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul**

Dados dessazonalizados  
2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul**

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Nov <sup>1/</sup>	Fev <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-4,3	-2,2	-2,0	-5,4
Combustíveis e lubrificantes	-4,9	-6,1	-1,7	-5,8
Hiper e supermercados	-3,2	-1,7	-1,5	-4,5
Tecidos, vestuário e calçados	-8,6	-3,0	-0,2	-9,3
Móveis e eletrodomésticos	-11,1	0,5	-7,3	-12,0
Comércio varejista ampliado	-11,1	-3,4	-1,6	-11,7
Automóveis e motocicletas	-23,3	-7,5	-1,2	-23,7
Material de construção	-6,7	-2,8	-1,1	-7,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Assim como nas demais regiões, a economia do Sul segue em processo de retração, repercutindo os impactos de eventos não econômicos e o ajuste macroeconômico em curso no país. Nesse cenário, persiste a moderação das operações de crédito e a distensão no mercado de trabalho, com reflexos negativos sobre as trajetórias dos principais indicadores da região, especialmente da indústria e do comércio. Nesse contexto, embora o IBCR-S tenha aumentado 0,5% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando decrescera 1,0%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados, as perspectivas para a economia regional seguem desfavoráveis. Considerados intervalos de doze meses, o indicador contraiu 2,8% em fevereiro (recuo de 1,9% em novembro e de 0,4% em fevereiro de 2015).

As vendas do comércio ampliado recuaram 1,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando diminuíram 3,4%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE (móveis e eletrodomésticos, -7,3%; combustíveis e lubrificantes, -1,7%). As vendas do comércio varejista, excluídas as de veículos (-1,2%) e de material de construção (-1,1%), diminuíram 2,0% no trimestre (-2,2% no encerrado em novembro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 11,7% em fevereiro (-9,7% em novembro). Houve redução nas vendas em nove das dez atividades pesquisadas (automóveis, -23,7%; móveis e eletrodomésticos, -12,0%; tecidos, vestuário e calçados, -9,3%). As vendas do comércio varejista recuaram 5,4% e 3,3% nos períodos mencionados.

As vendas de automóveis e comerciais leves novos na região totalizaram 87,9 mil unidades no primeiro trimestre do ano e 429 mil unidades no intervalo de doze meses encerrado em março, de acordo com a Fenabreve,

**Tabela 5.2 – Volume de serviços – Sul**

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação  
Var. %

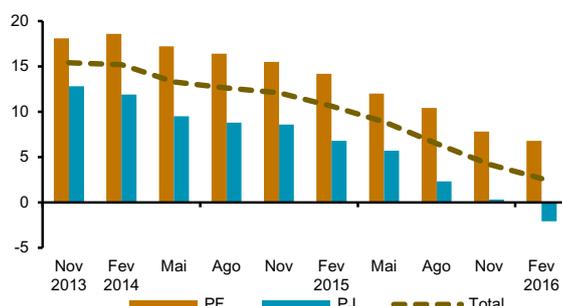
Segmentos	2015		2016	
	Ano	Nov <sup>1/</sup>	Fev <sup>1/</sup>	12 meses
Total	-4,0	-5,5	-3,7	-4,0
Serviços prestados às famílias	-5,7	-7,7	-3,6	-6,2
Serviços de informação e comunicação	0,7	-1,0	-1,7	-0,1
Serviços profissionais e administrativos	-4,9	-8,7	-6,3	-5,4
Transportes e correios	-7,9	-8,2	-4,9	-7,0
Outros serviços	-7,0	-8,3	-7,5	-7,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 5.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul<sup>1/</sup>**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

recuando, na ordem, 28,2% e 33,2%, em relação a iguais períodos de 2015.

A atividade do setor de serviços no Sul recuou 3,7% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação a igual período de 2015, segundo a PMS do IBGE (outros serviços, -7,5%; serviços profissionais e administrativos, -6,3%). Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 4,0% em fevereiro (outros serviços, -7,6%; transportes e correios, -7,0%).

No mercado de crédito, o saldo das operações superiores a R\$1 mil realizadas na região totalizou R\$552,1 bilhões em fevereiro, aumentando 0,4% no trimestre e 2,6% em doze meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$298,6 bilhões, aumentando 0,7% e 4,4%, respectivamente, e as efetuadas com recursos livres, R\$253,5 bilhões, aumentando 0,1% no trimestre e 0,5% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$301,3 bilhões, crescendo 1,7% no trimestre e 6,8% em doze meses, sobressaindo o desempenho das modalidades financiamentos imobiliários e crédito consignado. As operações com pessoas jurídicas atingiram R\$250,8 bilhões, com recuos de 1,1% no trimestre e de 2,1% em doze meses, condicionadas, em especial, pelas reduções no saldo das operações da indústria de transformação (veículos automotores e peças e acessórios para automotores).

A inadimplência das operações de crédito na região atingiu 3,3% em fevereiro, elevando-se 0,2 p.p. no trimestre e 0,8 p.p. em doze meses. A variação trimestral refletiu aumentos de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,3 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 3,2% e 3,5%, respectivamente.

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram R\$28,9 bilhões em 2015 (R\$38,4 bilhões em 2014), dos quais 44,7% destinados às micro, pequenas e médias empresas. No primeiro trimestre de 2016, os desembolsos totalizaram R\$5,7 bilhões (R\$7,7 bilhões em igual intervalo de 2015), 42,8% destinados às micro, pequenas e médias empresas.

A pesquisa ICF, da CNC, atingiu 82,3 pontos no primeiro trimestre de 2016, ante 118 pontos e 84,8 pontos, respectivamente, nos trimestres finalizados em março e em dezembro de 2015, destacando-se que a retração interanual evidenciou, em especial, as reduções respectivas de 51,2 pontos e 49,7 pontos nos componentes acesso ao crédito

**Tabela 5.3 – Evolução do emprego formal – Sul**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015				2016
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-68,9	-11,0	-103,6	-58,9	-90,1
Indústria de transformação	-26,4	-8,0	-57,9	-45,7	-36,1
Comércio	-23,3	0,3	-21,7	8,0	-23,1
Serviços	-6,5	9,9	-13,7	-11,6	-21,2
Construção civil	-13,1	-3,2	-11,0	-14,0	-13,5
Agropecuária	2,1	-11,2	2,1	5,2	6,4
Serviços ind. de utilidade pública	0,5	-0,4	-0,3	0,0	0,0
Outros <sup>2/</sup>	-2,2	1,5	-1,1	-0,9	-2,6

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-1 599	-953	7 248	11 977
Governos estaduais	-711	-2 215	7 121	11 837
Capitais	518	179	60	87
Demais municípios	-1 405	1 084	68	52

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	
		2014	Nominal		Outros <sup>4/</sup>	
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	2015	Dez
Total	83 907	-953	11 977	11 024	5 283	100 214
Gov. estad.	85 423	-2 215	11 837	9 621	4 907	99 952
Capitais	1 059	179	87	266	193	1 518
Demais municípios	-2 575	1 084	52	1 136	183	-1 256

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

**Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões		
	2013	2014	2015
	Dez	Dez	Dez
Dívida bancária	6 660	9 919	11 584
Renegociação <sup>2/</sup>	64 542	65 822	71 553
Dívida externa	7 599	10 197	14 963
Outras dívidas junto à União	3 776	3 768	4 168
Dívida reestruturada	298	213	313
Disponibilidades líquidas	-5 742	-6 012	-2 367
<b>Total (A)</b>	<b>77 135</b>	<b>83 907</b>	<b>100 214</b>
<b>Brasil<sup>3/</sup> (B)</b>	<b>578 634</b>	<b>655 704</b>	<b>793 064</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>13,3</b>	<b>12,8</b>	<b>12,6</b>

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

e perspectivas de consumo para os próximos três meses. Ressalte-se que, dos sete componentes do indicador, apenas os relativos ao emprego (111,8 pontos) e à renda atual (122,1 pontos) mantiveram-se acima da zona de indiferença (100 pontos).

O Icec, calculado pela CNC, atingiu 79,3 pontos no primeiro trimestre de 2016 (94,4 pontos e 78,4 pontos nos primeiro e quarto trimestres de 2015). O indicador situa-se em área que indica falta de confiança (abaixo de 100 pontos) pelo quinto trimestre consecutivo, especialmente devido à avaliação das condições atuais da economia brasileira e, em particular, do comércio.

A economia do Sul eliminou 90,1 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro (-68,9 mil postos em igual período de 2015), de acordo com o Caged/MTPS, dos quais 36,1 mil na indústria de transformação (8,3 mil na indústria têxtil), 23,1 mil no comércio e 21,2 mil no setor de serviços. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro (-1,3% no terminado em novembro).

A taxa de desocupação, estimada pela PNAD Contínua, do IBGE, atingiu 5,7% no trimestre encerrado em dezembro, ante 3,8% em igual período de 2015, repercutindo crescimentos de 2,4% na PEA e de 0,4% na população ocupada. O rendimento médio habitual real e a massa salarial real recuaram 5,2% e 4,5%, respectivamente, no trimestre.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$953 milhões em 2015 (R\$1,6 bilhão em 2014). Houve ampliação de 211,5% no *superavit* dos governos estaduais, redução de 65,5% no *deficit* das capitais; e reversão, de *superavit* de R\$1,4 bilhão para *deficit* de R\$1,1 bilhão, no resultado dos demais municípios.

Os juros, apropriados por competência, somaram R\$12,0 bilhões (R\$7,2 bilhões em 2014), destacando-se o impacto decorrente da variação anual do IGP-DI (10,7%), principal indexador da dívida regional. O resultado nominal totalizou *deficit* de R\$11,0 bilhões no período (R\$5,6 bilhões em 2014).

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$100,2 bilhões em dezembro de 2015 (12,6% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), aumentando 19,4% no ano.

**Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2015			Fevereiro de 2016		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida <sup>2/</sup>	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal <sup>3/</sup>		Primário	Nominal <sup>3/</sup>
PR	19 115	-778	1 367	18 402	-1 521	772
RS	68 912	-511	7 627	70 053	-532	8 003
SC	12 186	336	2 030	11 880	264	2 061
<b>Total (A)</b>	<b>100 214</b>	<b>-953</b>	<b>11 024</b>	<b>100 336</b>	<b>-1 789</b>	<b>10 836</b>
<b>Brasil<sup>4/</sup> (B)</b>	<b>793 064</b>	<b>-11 900</b>	<b>85 611</b>	<b>744 861</b>	<b>-6 826</b>	<b>96 842</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>12,6</b>	<b>8,0</b>	<b>12,9</b>	<b>13,5</b>	<b>26,2</b>	<b>11,2</b>

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

**Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul**

Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %
		2015	2016	2016/2015
Grãos	72,2	75 985	75 163	-1,1
Soja	43,8	34 846	35 294	1,3
Milho	12,4	24 684	23 607	-4,4
Arroz (em casca)	9,1	9 926	9 404	-5,3
Trigo	3,8	4 874	5 124	5,1
Feijão	2,6	959	920	-4,5
Outras lavouras				
Fumo	8,4	856	669	-21,8
Cana-de-açúcar	3,7	52 089	51 809	-0,5
Mandioca	3,5	5 489	5 017	-8,6
Maçã	1,9	1 263	1 039	-17,8
Uva	1,4	1 025	486	-52,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2016.

**Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul**

Produtos	Variação % no período		
	2015		
	Mês <sup>1/</sup>	Trimestre <sup>2/</sup>	Acumulado
	(Mar)	(Jan-Mar)	no ano <sup>3/</sup>
Soja	-6,7	-1,0	21,8
Arroz (em casca)	-0,1	3,6	11,6
Feijão	-1,9	34,6	12,8
Milho	5,5	27,9	51,2
Trigo	1,2	4,8	31,6

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até março em relação ao mesmo período do ano anterior.

2/ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC); e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab/PR).

3/ Corrigido pelo IGP-DI.

Os governos dos três estados, das capitais e dos principais municípios do Sul acumularam *superavit* primário de R\$1,8 bilhão no período de doze meses até fevereiro (R\$953 milhões em 2015). A apropriação de juros totalizou R\$12,6 bilhões e o resultado nominal, *deficit* de R\$10,8 bilhões (R\$12,0 bilhões e *deficit* de R\$11,0 bilhões, na ordem, em 2015).

A dívida líquida dos três segmentos atingiu R\$100,3 bilhões em fevereiro de 2016, elevando-se R\$121,9 milhões em relação a 2015, e correspondendo a 13,5% do endividamento de todas as regiões.

A receita de ICMS totalizou R\$69,4 bilhões no período de doze meses finalizado em fevereiro, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, e as secretarias da fazenda estaduais, aumentando 3,1% em termos reais, em relação a igual intervalo de 2015, considerado o IGP-DI como deflator. As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), somaram R\$21,0 bilhões em doze meses até fevereiro (R\$20,1 bilhões em igual período de 2015), conforme a STN, recuando 3,6% em termos reais, relativamente ao ano anterior (IGP-DI como deflator).

A safra de grãos da região para 2016 está estimada em 75,2 milhões de toneladas (35,8% da produção nacional), de acordo com o LSPA de março do IBGE. A retração anual de 1,1% incorpora projeções de recuos para as colheitas de milho (4,4%), arroz (5,3%) e feijão (4,5%), e de aumentos para as de trigo (5,1%) e soja (1,3%). No âmbito das demais culturas, estão projetadas reduções para as produções de uva (52,6%), fumo (21,8%) e maçã (17,8%).

As cotações médias de milho, trigo, soja, feijão e arroz variaram 51,2%, 31,6%, 21,8%, 12,8%, e 11,6%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2016, em relação ao mesmo intervalo de 2015, de acordo com a Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR<sup>2</sup>.

O VBP real<sup>3</sup> das lavouras, calculado em março pelo Mapa, deverá recuar 0,4% em 2016, destacando-se as projeções de aumentos para os relativos a trigo (10,9%), soja (6,4%) e milho (7,1%) e de recuos para os relacionados a arroz (6,7%) e feijão (4,5%).

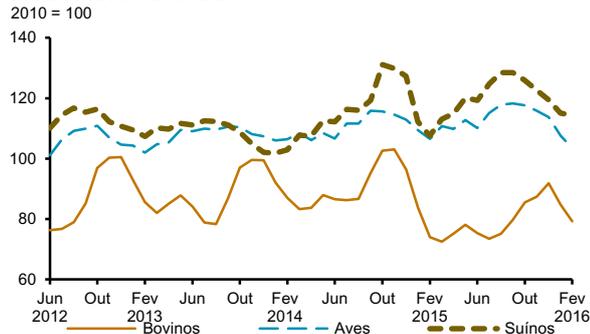
Os abatimentos de suínos, bovinos e aves, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 7,6%,

**Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul**  
 Fevereiro de 2016

Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	1,1	63,7	6,4
Suínos	7,6	69,7	-4,1
Aves	-4,3	7,5	18,4

Fonte: Mapa, Emater/RS, Cepea/USP, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

**Gráfico 5.4 – Abates de animais – Sul**  
 Média móvel trimestral  
 2010 = 100



Fonte: Mapa

**Tabela 5.11 – Produção industrial – Sul**  
 Geral e setores selecionados

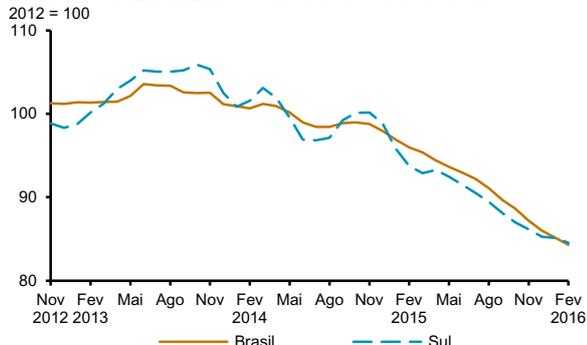
Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período			
		2015		2016	
		Nov <sup>2/</sup>	Fev <sup>2/</sup>	Nov	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,7	-1,9	-9,4	
Produtos alimentícios	19,7	-2,3	1,4	-0,1	
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	-16,3	9,8	-30,0	
Máquinas e equipamentos	8,8	-4,4	-10,0	-19,5	
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	6,6	-6,6	-3,2	
Outros produtos químicos	5,7	-1,7	1,3	0,6	
Produtos de metal	5,7	-1,4	-3,7	-9,0	
Artigos de vestuário e acessórios	3,9	-3,9	-5,2	0,0	
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	4,0	-2,4	-0,6	-19,7	

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 5.5 – Produção industrial**  
 Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
 2012 = 100



Fonte: IBGE

4/ Valores superiores a 50 pontos representam excesso de estoques.

5/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010.

1,1% e -4,3%, respectivamente, no primeiro bimestre de 2016, em relação a igual intervalo de 2015, de acordo com o Mapa. Na mesma base de comparação, as cotações médias desses produtos variaram, na ordem, -4,1%, 6,4% e 18,4%, segundo a Emater/RS, a Cepa/SC, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP) e a Seab/PR; e as respectivas exportações – em especial para Rússia, Hong Kong e China – aumentaram 69,7%, 63,7% e 7,5%, conforme o MDIC.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 3,7% em 2016, segundo estimativa do Mapa realizada em março. Estão projetados decréscimos para os VBP dos itens frango (1%), bovinos (1,4%), ovos (6,1%), leite (7,7%) e suínos (9,8%).

A produção industrial do Sul retraiu 1,9% no trimestre terminado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando decrescera 3,7%, nessa base de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE (máquinas e equipamentos, -10,0%; veículos automotores, 9,8%, após recuo de 16,3% no trimestre encerrado em novembro de 2015).

Considerados intervalos de doze meses, a retração na produção industrial atingiu 9,4% em fevereiro (-9,1% em novembro). Houve decréscimos em quinze das dezoito atividades pesquisadas, sendo os mais intensos em veículos, 30,0%, e metalurgia, 23,9%.

O Ipei do Sul, elaborado pela CNI, atingiu 37,2 pontos no primeiro trimestre de 2016 (38,5 pontos e 35,0 pontos nos primeiro e quarto trimestres de 2015, respectivamente). Apesar de manter-se na região de reduzida confiança dos empresários (abaixo de 50 pontos), o indicador aumentou pelo segundo trimestre em sequência.

Os estoques de produtos finais da indústria de transformação mantiveram-se acima do planejado<sup>4</sup> no trimestre finalizado em fevereiro (53,8 pontos), segundo a Sondagem Industrial da CNI. O indicador nacional atingiu 49,9 pontos, no período.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul<sup>5</sup> atingiu média de 76,2% no trimestre finalizado em fevereiro (75,9% no encerrado em novembro), segundo dados dessazonalizados das federações das indústrias.

**Gráfico 5.6 – Confiança do empresariado – Sul****Tabela 5.12 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	7 862	7 762	-1,3	-5,1
Básicos	3 512	3 664	4,3	-5,3
Industrializados	4 350	4 099	-5,8	-4,9
Semimanufaturados	642	713	11,0	-8,5
Manufaturados <sup>1/</sup>	3 708	3 386	-8,7	-3,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 5.13 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB**

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	9 685	6 537	-32,5	-33,4
Bens de capital	1 407	1 017	-27,7	-27,0
Bens Intermediários	5 907	3 991	-32,4	-32,0
Bens de consumo	1 752	1 051	-40,0	-26,9
Duráveis	538	238	-55,8	-51,2
Automóveis de passageiros	331	143	-56,8	-54,5
Semiduráveis e não duráveis	1 215	814	-33,0	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	619	478	-22,8	-52,4
Petróleo	575	358	-37,7	-45,6
Demais	44	121	175,0	-54,6
Bens não especificados	0	0	-	27,7

Fonte: MDIC/Secex

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 3,9 mil unidades no primeiro trimestre do ano e 18,2 mil unidades no intervalo de doze meses até março, segundo dados da Fenabreve, apresentando recuos respectivos de 23,4% e 47,7% em relação a iguais períodos de 2015.

A balança comercial do Sul foi superavitária em US\$1,3 bilhão no primeiro trimestre de 2016 (*deficit* de US\$1,8 bilhão no mesmo intervalo de 2015), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$7,8 bilhões e as importações, US\$6,5 bilhões, reduzindo-se 1,3% e 32,5%, respectivamente.

O recuo das exportações adveio de variações de 19% no *quantum* e de -17% nos preços. Os embarques de produtos manufaturados, representando 43,6% do total, decresceram 8,7% (motores para veículos, -17,2%; bombas e compressores, -9,6%; e partes e peças para veículos, -12,7%); enquanto os de produtos básicos (47,2% do total) aumentaram 4,3% (soja, 28,8%; e milho, 41,2%); e as vendas de semimanufaturados subiram 11% (celulose, 669,2%). China, EUA e Argentina adquiriram, em conjunto, 33,7% das vendas externas da região no trimestre, destacando-se os incrementos nos embarques de soja e carne de frango para a China (73,9% e 38,1%) e de celulose, para China, Itália e EUA.

O declínio das importações repercutiu decréscimos de 23,9% na quantidade e de 11,3% nos preços. Houve reduções nas aquisições em todas as categorias de uso: matérias-primas e produtos intermediários, que representaram 61,1% do total, 32,4% (partes e peças para veículos, -26,7%; polímeros de etileno, -54,5%; naftas, -35,5%); bens de capital, 27,7% (veículos de carga, -20,6%); bens de consumo duráveis, 55,8% (automóveis, -56,7%); bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 33% (preparações utilizadas na alimentação de animais, -16,9%); e combustíveis, 22,8%. As compras provenientes da China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 43,8% das realizadas pela região no primeiro trimestre de 2016, destacando-se as reduções nas de polímeros de etileno originárias dos EUA (-6,1%), de motores, geradores e transformadores elétricos da China (-44,2%) e de veículos de carga, oriundas da Argentina (-20,4%).

O IPCA no Sul<sup>6</sup> variou 2,71% no primeiro trimestre de 2016, ante 2,74% no último de 2015. Houve aceleração dos preços livres, de 2,64% para 2,74%, e desaceleração dos

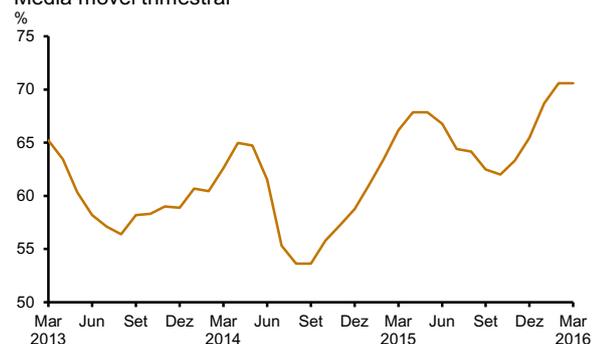
**Tabela 5.14 – IPCA – Sul**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2015			2016
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	2,73	1,78	2,74	2,71
Livres	76,0	2,44	1,56	2,64	2,74
Comercializáveis	37,1	2,79	1,92	2,73	3,06
Não comercializáveis	38,9	2,12	1,22	2,55	2,43
Monitorados	24,0	3,69	2,49	3,06	2,62
Principais itens					
Alimentação	25,5	3,02	1,99	4,20	4,59
Habitação	15,9	3,16	4,11	1,55	1,06
Artigos de residência	4,5	2,94	2,43	1,21	2,14
Vestuário	6,6	3,04	-0,06	3,02	0,88
Transportes	18,8	1,22	0,93	3,89	2,50
Saúde	11,0	4,57	1,29	1,77	2,29
Despesas pessoais	10,1	3,62	1,28	1,55	2,33
Educação	4,0	0,24	1,47	0,74	7,34
Comunicação	3,6	0,85	0,37	2,15	-0,74

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2016

**Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul**  
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

monitorados, de 3,06% para 2,62%, destacando-se a redução, de 10,24% para 5,94%, na variação do preço da gasolina.

A trajetória dos preços livres refletiu o aumento na variação dos preços dos bens comercializáveis, de 2,73% para 3,06% (leites e derivados, 8,10% e bebidas e infusões, 4,29%) e a redução na dos preços dos bens não comercializáveis, de 2,55% para 2,43% (com queda de 26,26% em passagens aéreas e aumento de 8,82% em cursos regulares).

O índice de difusão atingiu 70,6% no trimestre encerrado em março de 2016 (66,2% e 65,5%, respectivamente, nos primeiro e quarto trimestres de 2015).

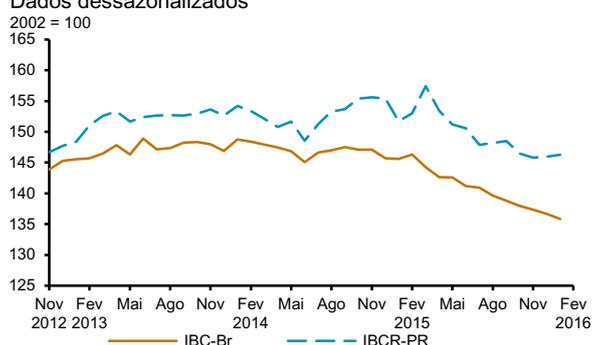
Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 10,34% em março, ante 11,87% em 2015. A desaceleração repercutiu a redução, de 19,80% para 12,39%, na variação dos preços monitorados, e a elevação, de 9,58% para 9,71%, na dos preços livres. Nesse segmento, houve aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 10,24% para 10,92%, e desaceleração dos preços dos não comercializáveis, de 8,97% para 8,58%.

As perspectivas para a economia da região nos próximos trimestres seguem negativas, em ambiente de confiança reduzida dos agentes econômicos e de ocorrência de eventos não econômicos que exercem impactos negativos sobre a tomada de decisões. Ressalte-se que o cenário negativo para a economia do Sul tende a ser atenuado, no médio prazo, pelo desempenho do setor externo, que pode se beneficiar do impacto da depreciação do câmbio sobre as exportações.

6/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

## Paraná

**Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná**  
Dados dessazonalizados



**Gráfico 5.9 – Comércio varejista – Paraná**  
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

**Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Nov <sup>1/</sup>	Fev <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-3,2	-2,1	-2,8	-5,0
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-6,7	0,6	-4,3
Hiper e supermercados	-1,2	0,7	-2,1	-2,8
Tecidos, vestuário e calçados	-9,9	-5,8	-3,8	-11,3
Móveis e eletrodomésticos	-11,6	0,1	-5,7	-13,7
Comércio ampliado	-9,4	-3,1	-0,3	-9,9
Automóveis e motocicletas	-19,7	-5,2	3,6	-18,9
Material de construção	-8,7	-6,4	-3,0	-8,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Paraná recuou 2,8% em 2015, de acordo com estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), ressaltando-se que a retração foi inferior à registrada no país em função da maior representatividade do setor agrícola na cadeia produtiva estadual. Indicadores divulgados no início de 2016 mostram continuidade da redução da atividade no estado, destacando-se, no trimestre encerrado em fevereiro, os recuos nas vendas do comércio e na produção da indústria. Nesse contexto, o IBCR-PR diminuiu 0,9% em relação ao trimestre finalizado em novembro, quando havia retraído 1,5%, no mesmo tipo de comparação. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 2,0% em fevereiro (-1,0% em novembro).

As vendas do comércio ampliado recuaram 0,3% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando diminuíram 3,1%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas de nove segmentos pesquisados (outros artigos de uso pessoal, -8,8%; móveis e eletrodomésticos, -5,7%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos (+3,6%) e de material de construção (-3,0%), recuou 2,8% no período (-2,1% no trimestre até novembro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado contraíram 9,9% em fevereiro (-8,3% em novembro de 2015), mantendo-se na trajetória de desaceleração iniciada em setembro de 2014 (veículos e motocicletas, -18,9%; livros, jornais, revistas e papelaria, -14,5%). Excluídas as reduções nas vendas de veículos e de material de construção (-8,4%), o comércio varejista retraiu 5,0% no período (-2,0% até novembro).

As vendas de automóveis e veículos comerciais reduziram 22,0% no trimestre encerrado em março de 2016, em relação ao finalizado em dezembro de 2015, e -29,7%, comparativamente ao primeiro trimestre do ano anterior, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv-PR).

O volume do setor de serviços do Paraná diminuiu 1,3% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação a igual período de 2015, de acordo com a PMS, do IBGE (serviços prestados às famílias, -6,5%; serviços profissionais, administrativos e complementares, -6,3%).

**Tabela 5.16 – Volume de serviços – Paraná**

Segmentos	Variação % no período			
	2015		2016	
	Ano	Nov <sup>1/</sup>	Fev <sup>1/</sup>	12 meses
Total	-3,3	-3,3	-1,3	-3,3
Serviços prestados às famílias	-7,1	-6,6	-6,5	-5,8
Serviços de informação e comunicação	-3,0	-3,7	-2,0	-2,5
Serviços profissionais e administrativos	-5,4	-2,7	-6,3	-2,9
Transportes e correio	-2,5	-2,9	1,8	-3,7
Outros serviços	-0,6	-1,0	-1,7	-5,0

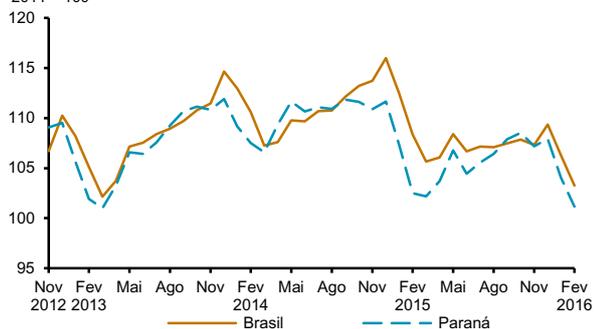
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 5.10 – Volume de serviços**

Dados observados – Média móvel trimestral

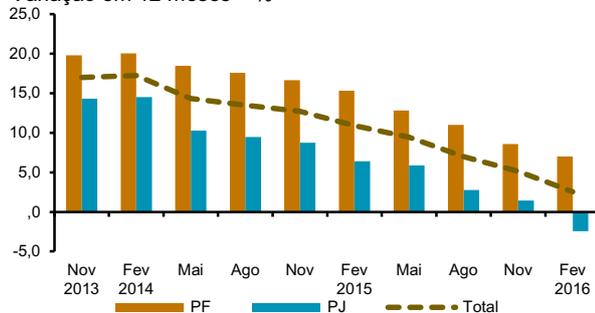
2011 = 100



Fonte: IBGE

**Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná<sup>1/</sup>**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 5.17 – Evolução do emprego formal – Paraná**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015		2016		
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-33,9	6,8	-29,4	-24,7	-46,1
Indústria de transformação	-12,6	-2,4	-17,2	-14,8	-17,4
Comércio	-9,3	2,6	-7,2	1,6	-11,6
Serviços	-4,3	4,2	-2,2	-4,5	-9,8
Construção civil	-4,9	-0,7	-4,1	-6,2	-5,9
Agropecuária	-2,9	2,8	1,6	-0,8	-0,9
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	-0,1	-0,2	0,0	-0,2
Outros <sup>2/</sup>	0,2	0,3	-0,2	0,0	-0,3

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,3% em fevereiro de 2016 (-4,2% em dezembro), com destaque para a retração de 5,8% no segmento serviços prestados às famílias.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$209,8 bilhões em fevereiro, com estabilidade no trimestre e aumento de 2,5% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$116,4 bilhões, variando 0,8% e 5,4%, respectivamente, e os realizados com recursos livres, R\$93,5 bilhões, recuando 1,0% no trimestre e 0,8% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas totalizou R\$114,9 bilhões, aumentando 1,8% no trimestre e 7,0% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamento com recursos do BNDES e financiamento rural. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$95,0 bilhões, recuando 2,2% e 2,4%, nas mesmas bases de comparação, com ênfase para as contratações na modalidade financiamentos imobiliários.

Os desembolsos do BNDES para o Paraná totalizaram R\$2,3 bilhões no primeiro trimestre, recuou -23,2% em relação a igual período de 2015, e de -13,5% nos últimos doze meses encerrados em março.

A taxa de inadimplência dessas operações situou-se em 3,48% em fevereiro, aumentando 0,16 p.p. no trimestre e 1,02 p.p. em doze meses. A trajetória trimestral refletiu elevações de 0,05 p.p. no segmento de pessoas físicas, para 3,25%, e de 0,30 p.p. no de pessoas jurídicas, para 3,75%.

O mercado de trabalho paranaense registrou, de acordo com o Caged/MTPS, redução de 46,1 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em fevereiro (-33,9 mil em igual período de 2015), dos quais 17,4 mil na indústria de transformação, 11,6 mil no comércio e 9,8 mil no setor de serviços. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram eliminados 20,7 mil empregos formais no trimestre, dos quais 7,3 mil na indústria de transformação, 5,6 mil no setor de serviços e 5,1 no comércio.

O resultado primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná foi superavitário em R\$778 milhões em 2015. O aumento de 224,7% em relação a 2014 evidenciou, em especial, a reversão, de *deficit* de R\$895 milhões para *superavit* de R\$899 milhões, no resultado do governo estadual.

**Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado do Paraná	624	-778	1 219	2 145
Governo estadual	895	-899	1 141	2 067
Capital	418	-151	20	33
Demais municípios	-689	273	57	44

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	
		2014	Nominal		Outros <sup>3/</sup>	2015
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>4/</sup>	Dez	
Estado do Paraná	17 074	-778	2 145	1 367	675	19 115
Governo estadual	17 767	-899	2 067	1 168	538	19 474
Capital	507	-151	33	-118	148	537
Demais municípios	-1 201	273	44	317	-11	-895

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

**Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná**

Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %
		2015	2016	
Grãos <sup>3/</sup>	76,2	37 621	38 124	1,3
Soja	48,4	17 145	17 194	0,3
Milho	16,7	15 974	16 088	0,7
Trigo	6,0	3 333	3 600	8,0
Feijão	4,2	729	699	-4,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	7,7	51 255	51 033	-0,4
Mandioca	3,6	3 917	3 518	-10,2
Fumo	3,5	185	149	-19,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2016.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

A arrecadação do ICMS no Paraná atingiu R\$4,3 bilhões no primeiro bimestre de 2016, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, com aumento real de 1,9% em relação a igual período de 2015, considerado o IGP-DI como deflator.

As transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundeb, totalizaram R\$1,6 bilhão no primeiro bimestre de 2016, de acordo com a STN, com variação real de -12,2% em relação a igual período de 2015 (IGP-DI como deflator).

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$2,1 bilhões em 2015 (R\$1,2 bilhão em 2014), e o resultado nominal foi deficitário em R\$1,4 bilhão (*deficit* de R\$1,8 bilhão em 2014).

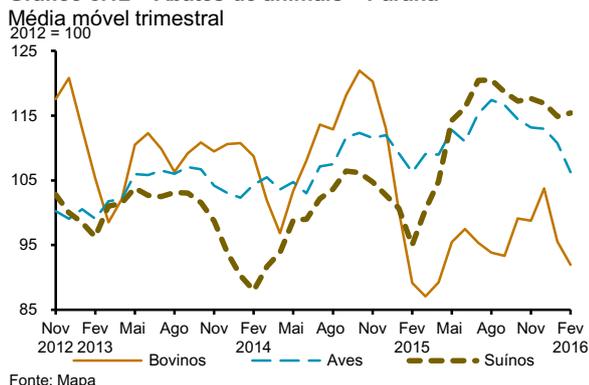
A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná atingiu R\$19,1 bilhões em dezembro de 2015 (19,1% da dívida do Sul), elevando-se 12,0% em relação a dezembro de 2014.

A safra de grãos do Paraná deverá aumentar 1,3% em 2016, para 38,1 milhões de toneladas (18,2% da produção do país), de acordo com o LSPA de março do IBGE. Destaque para a projeção de aumentos de 8,0% na produção de trigo; de 0,7% na de milho, com redução de 21,8% na área cultivada na primeira safra e expansão de 11,9% na segunda; e de 0,3% na de soja, com expansão de 4,5% na área plantada e redução de 4,1% na produtividade; e recuo de 4,1% na safra de feijão, repercutindo retração de 6,5% na área cultivada na primeira safra e aumento de 0,4% na da segunda.

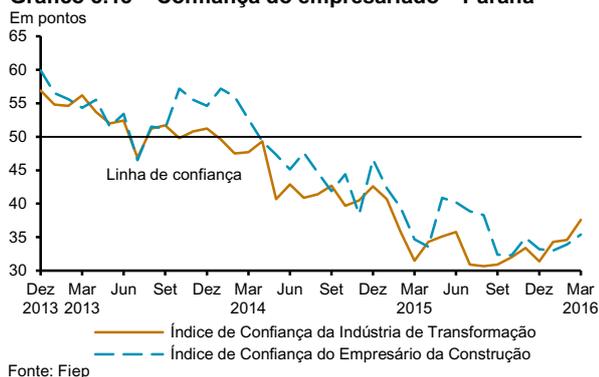
De acordo com estimativa da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural (Deral) do Estado do Paraná, divulgada em março, a produção de soja no estado deverá recuar 1%, devendo alcançar 16,8 milhões de toneladas, enquanto a produção de trigo deverá crescer 10,0% no ano, impulsionada por aumento de 23,0% na produtividade.

Os abates de aves, suínos e bovinos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 4,0%, 25,1% e -2,9% respectivamente, no primeiro bimestre de 2016, em relação à igual período de 2015, representando, na ordem, 32,3%, 24,0% e 3,3% dos abates realizados no país. Os preços médios recebidos pelos produtores variaram, de acordo com a Seab/Deral, 16,3%, -12,2% e 8,0%, respectivamente, na mesma base de comparação.

**Gráfico 5.12 – Abates de animais – Paraná**



**Gráfico 5.13 – Confiança do empresariado – Paraná**



**Gráfico 5.14 – Produção industrial – Paraná**



**Tabela 5.21 – Produção industrial – Paraná**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		2016
		Nov <sup>2/</sup>	Fev <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	-4,1	-3,7	-9,3
Produtos alimentícios	22,7	-4,9	3,0	-1,2
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	8,1	-4,1	-2,9
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-17,3	14,4	-30,9
Máquinas e equipamentos	6,7	-8,6	-30,9	-14,9
Celulose e prod. papel	5,5	-4,5	3,3	5,4
Outros produtos químicos	4,7	-6,5	-6,0	-5,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT-PR) atingiu 37,6 pontos em março (31,4 pontos em dezembro), permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo sétimo mês consecutivo. O Índice de Condições Atuais (ICA) e o Índice de Expectativas (IE) aumentaram 5,5 e 6,4 pontos, respectivamente, para 30,9 e 40,9 pontos, no período.

O Índice de Confiança do Empresário da Construção (Icec-PR) situou-se em 35,4 pontos em março (33,2 pontos em dezembro), permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo quarto mês consecutivo. O ICA e o IE aumentaram 2,5 e 2,1 pontos, respectivamente, para 31,2 e 37,5 pontos, no período.

A produção da indústria paranaense recuou 3,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando havia decrescido 4,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Houve redução em sete das treze atividades pesquisadas (máquinas e equipamentos, -30,9%; bebidas -19,4%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, -9,7%).

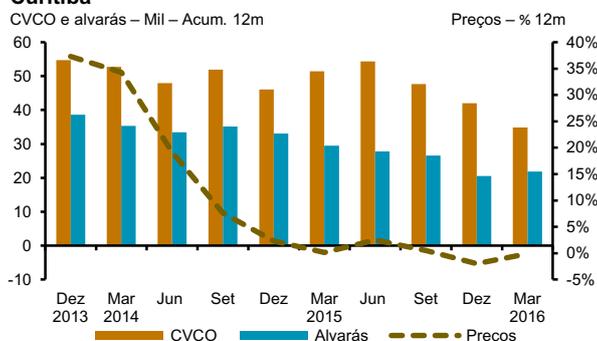
Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 9,3% em fevereiro (8,1% em novembro), ressaltando-se os decréscimos nas atividades veículos automotores, reboques e carrocerias (30,9%), móveis (19,7%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (18,9%).

As vendas reais da indústria paranaense aumentaram 0,8% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando recuaram 4,6%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as reduções nas vendas de máquinas e equipamentos (9,9%), produtos químicos (3,2%) e de celulose, papel e produtos de papel (2,0%). O número de horas trabalhadas e o pessoal empregado na indústria, reduziram 7,3% e 0,6%, respectivamente, no trimestre encerrado em fevereiro, período em que o Nuci atingiu média de 71,8% (71,2% no trimestre finalizado em novembro).

A análise em doze meses indica que as vendas reais recuaram 7,3% em fevereiro, em relação a igual período de 2015 (-7,4% em novembro), destacando-se as reduções nos setores de máquinas e equipamentos (21,9%), veículos automotores (20,4%) e produtos químicos (17,1%).

As vendas de caminhões e ônibus no Paraná totalizaram 1,47 mil unidades no trimestre encerrado em março (reduções respectivas de 17,1% e 25,3% em relação ao trimestre finalizado em dezembro de 2015 e a igual período de 2015), de acordo com a Fenabrave-PR e o Sincodiv PR.

**Gráfico 5.15 – Evolução do mercado imobiliário em Curitiba**



**Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	3 004	3 365	12,0	-5,1
Básicos	1 389	1 854	33,5	-5,3
Industrializados	1 615	1 511	-6,5	-4,9
Semimanufaturados	340	255	-25,0	-8,5
Manufaturados <sup>1/</sup>	1 276	1 256	-1,5	-3,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 5.23 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB**

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	3 216	2 436	-24,3	-33,4
Bens de capital	464	406	-12,5	-27,0
Bens Intermediários	2 053	1 568	-23,6	-32,0
Bens de consumo	449	263	-41,5	-26,9
Duráveis	202	81	-60,1	-51,2
Automóveis de passageiros	148	60	-59,6	-54,5
Semiduráveis e não duráveis	248	182	-26,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	249	198	-20,6	-52,4
Petróleo	212	85	-60,1	-45,6
Demais	37	113	204,6	-54,6
Bens não especificados	0	0	-100,0	27,7

Fonte: MDIC/Secex

No âmbito da indústria da construção civil, a Prefeitura Municipal de Curitiba emitiu 6,2 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais, no primeiro trimestre de 2016 (recuos de, na ordem, 5,0% e 53,6% em relação ao trimestre anterior e a igual período de 2015); e concedeu 3,0 mil alvarás de construção imobiliária (variações respectivas de -35,4% e 85,38%, nas mesmas bases de comparação). Os preços dos imóveis em Curitiba recuaram 0,4% em 2016, de acordo com o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$929 milhões no primeiro trimestre de 2016, ante *deficit* de US\$212 milhões em igual período de 2015, reflexo de aumento de 12,0% nas exportações e de diminuição de 24,3% nas importações, que somaram US\$3,4 bilhões e US\$2,4 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações, refletindo variações de 34,3% no *quantum* e -6,0% nos preços, refletiu o aumento de 33,5% nas vendas de produtos básicos (soja mesmo triturada, 106,1%); e os recuos nas de produtos manufaturados, 1,5% (automóveis de passageiro, +166,6%), e de semimanufaturados, 25,0% (óleo de soja em bruto, -21,6%). As exportações para a China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 37,9% dos embarques do estado no trimestre, destacando-se os aumentos nas vendas de soja para a China (103,0%) e de automóveis para a Argentina (293,7%).

A retração das importações, consistente com a perda de dinamismo da economia do estado, repercutiu reduções de 12,2% nos preços e de 18,0% no *quantum*. Ocorreram recuos em todas as categorias de uso, com destaque para os registrados nas aquisições de bens intermediários, -23,6% (soja, mesmo triturada, exceto para semeadura, -45,2%) e de bens de capital, -12,5% (motores elétricos de corrente contínua, -18,7%). As importações provenientes da China, EUA e Argentina representaram, em conjunto, 35,0% das compras externas do estado no primeiro trimestre de 2016, destacando-se as reduções nas aquisições de adubos ou fertilizantes originários da China (39,1%), de veículos de carga, da Argentina (30,7%) e de adubos ou fertilizantes, dos EUA (35,8%).

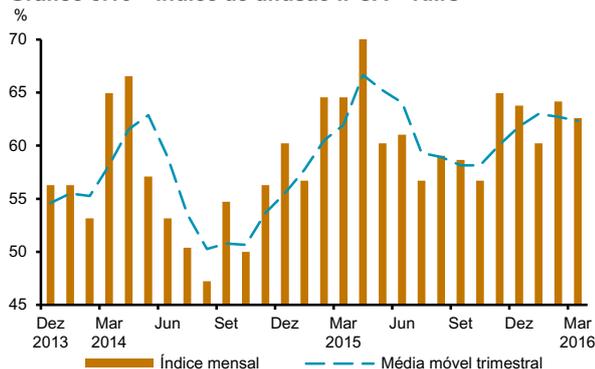
**Tabela 5.24 – IPCA – RMC**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2015	2016		
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	3,16	1,91	2,89	2,13
Livres	76,6	2,77	1,42	2,96	2,33
Comercializáveis	36,9	2,74	2,12	3,46	2,67
Não comercializáveis	39,8	2,80	0,78	2,50	2,01
Monitorados	23,4	4,48	3,56	2,66	1,55
Principais itens					
Alimentação	24,3	3,58	1,51	4,04	4,38
Habitação	17,2	4,59	5,65	1,28	-0,85
Artigos de residência	4,4	3,27	2,00	1,70	2,08
Vestuário	7,0	2,76	1,06	2,99	1,10
Transportes	19,4	0,42	0,86	4,51	1,84
Saúde	11,1	5,91	0,52	1,86	2,19
Despesas pessoais	9,8	4,14	1,23	2,56	2,50
Educação	3,4	0,40	1,32	1,09	7,68
Comunicação	3,4	1,12	0,56	1,78	-1,02

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2016.

**Gráfico 5.16 – Índice de difusão IPCA – RMC**



Fonte: IBGE

O IPCA da RMC variou 2,13% no primeiro trimestre de 2016, ante 2,89% no último de 2015, resultado de redução dos preços livres, de 2,96% para 2,33%, e dos monitorados, de 2,66% para 1,55%. Ressalte-se que as variações de preços nos grupos alimentação e bebidas (1,04 p.p.) e transportes (0,36 p.p.) exerceram contribuição conjunta de 1,40 p.p. para a inflação trimestral. A variação nos preços de serviços, mesmo impactada pelo aumento sazonal do grupo educação, recuou de 2,43% para 1,64%, no período.

A trajetória dos preços livres refletiu as desacelerações, de 3,46% para 2,67%, dos preços dos bens comercializáveis (leite longa vida, 13,19%; etanol, 9,38%; motocicleta, 5,06%; perfume, 4,52%); e de 2,50% para 2,01%, dos preços dos produtos não comercializáveis (refeição, 3,89%; ensino superior, 8,64%; empregado doméstico, 2,80%, citados em ordem decrescente de contribuição). Ressalte-se, nesse segmento, o impacto significativo de altas em itens específicos de alimentação, que limitaram o arrefecimento da taxa, tais como mamão, 66,76, cenoura, 84,10%, e feijão carioca, 30,85%.

A redução na variação dos preços dos bens monitorados decorreu, em especial, do recuo de 4,74% no preço do item energia elétrica residencial, mitigado pelos efeitos dos aumentos nos itens tarifas de ônibus urbano, 16,12%; ônibus intermunicipal, 16,32%; gasolina, 2,96%; e plano de saúde, 3,22%. O índice de difusão atingiu média de 62,3% no trimestre encerrado em março, ante 61,8% naquele finalizado em dezembro.

A evolução dos principais indicadores econômicos do estado sugere que o cenário de retração da atividade deverá persistir nos próximos meses. Essa perspectiva, fortalecida pelo cenário de confiança reduzida de empresários e consumidores, e pelos eventos de ordem não econômica, poderá ser atenuada pela estabilidade da produção agrícola e pela perspectiva de impulso às exportações decorrente do novo patamar da taxa de câmbio.

## Rio Grande do Sul

**Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul**

Dezembro de 2015

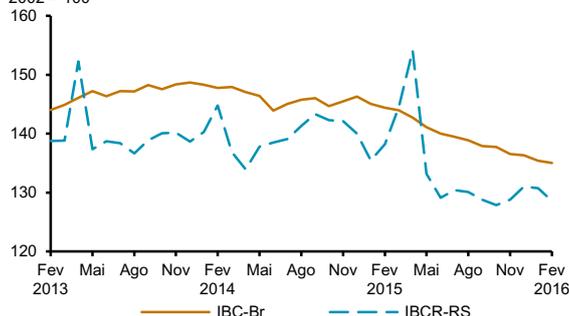
Discriminação	IV trim. 2015 / IV trim. 2014	Var. %	
		Acum. 4 trim.	
<b>PIB</b>		<b>-6,3</b>	<b>-3,4</b>
Impostos		-10,1	-8,0
<b>VAB</b>		<b>-5,7</b>	<b>-2,7</b>
Agropecuária		-2,4	13,6
Indústria		-12,3	-11,1
Serviços		-3,4	-2,1

Fonte: FEE

**Gráfico 5.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul**

Dados dessazonalizados

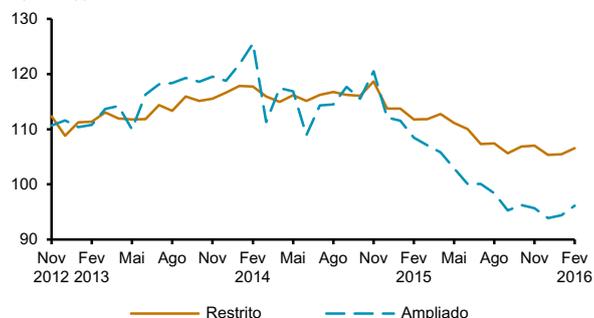
2002 = 100



**Gráfico 5.18 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul**

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul**

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2015	2016		
		Ano	Nov <sup>1/</sup>	Fev <sup>1/</sup>
Comércio varejista	-6,1	-1,6	-0,7	-6,2
Combustíveis e lubrificantes	-8,9	-4,7	-4,8	-9,1
Hiper e supermercados	-4,3	-1,6	-0,6	-4,7
Tecidos, vestuário e calçados	-11,5	-3,0	2,4	-11,9
Móveis e eletrodomésticos	-14,3	-0,6	-2,3	-13,5
Comércio varejista ampliado	-13,2	-3,8	-1,0	-13,4
Automóveis e motocicletas	-27,9	-10,7	-3,6	-29,0
Material de construção	-7,3	-0,4	1,4	-6,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do estado recuou 3,4% em 2015, repercutindo retrações na indústria (11,1%) e nos serviços (2,1%), e crescimento de 13,6% na agropecuária, segundo estimativa da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) do governo do estado. Na margem, indicadores importantes da economia gaúcha seguiram registrando resultados negativos, evidenciados, no trimestre encerrado em fevereiro, em recuos nas vendas do comércio, na continuidade da distensão do mercado de trabalho, no arrefecimento das operações de crédito e no patamar reduzido da confiança dos agentes econômicos. Nesse cenário, embora o IBCR-RS tenha aumentado 1,3% em relação ao trimestre encerrado em novembro, influenciado pela produção industrial, as perspectivas para a economia local seguem desfavoráveis. Ressalte-se que, considerados períodos de doze meses, o IBCR-RS recuou 3,5% em fevereiro (-2,8% em novembro).

As vendas do comércio ampliado recuaram 1,0% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando diminuíram 3,8%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE (veículos, motos, partes e peças, -3,6%; combustíveis, -4,8%). O comércio varejista, excluídas as vendas de veículos e de material de construção (1,4%), decresceu 0,7% no período (-1,6% no trimestre encerrado em novembro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 13,4% em fevereiro (-11,7% em novembro). Com exceção de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, houve retração nas vendas de todas as atividades, mais intensa nos segmentos de bens com maior valor agregado e, portanto, mais dependentes do crédito e da decisão de endividamento por parte dos consumidores (veículos, -29,0%; móveis e eletrodomésticos, -13,5%). As vendas do comércio varejista diminuíram 6,2% e 5,5%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A comercialização de automóveis e veículos comerciais leves no estado somou, segundo a Fenabrave, 27,6 mil unidades no primeiro trimestre de 2016 e 139,4 mil unidades no intervalo de doze meses encerrado em março, recuando 29,9% e 33,3% em relação a iguais períodos em 2015 (no país, reduções respectivas de 28,3% e 28,4%).

O volume de serviços no estado diminuiu 5,3% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação a igual período

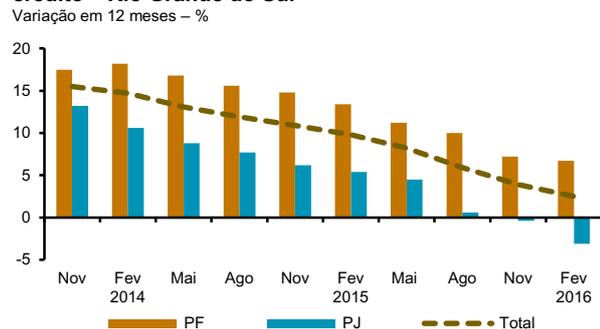
**Tabela 5.27 – Volume de serviços – Rio Grande do Sul**  
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2015		2016	
	Ano	Nov <sup>1/</sup>	Fev <sup>1/</sup>	12 meses
Total	-4,2	-6,5	-5,3	-4,6
Serviços prestados às famílias	-7,9	-11,2	-2,9	-8,2
Serviços de informação e comunicação	2,7	1,4	-1,0	1,7
Serviços profissionais e administrativos	-5,9	-11,7	-7,6	-6,7
Transportes e correios	-9,9	-11,1	-9,5	-9,8
Outros serviços	-8,8	-15,1	-11,8	-10,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 5.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul<sup>1/</sup>**  
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 5.28 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015		2016		
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-25,0	-10,9	-44,6	-18,9	-21,0
Indústria de transformação	-9,3	-2,6	-24,1	-18,1	-9,2
Comércio	-7,9	-0,8	-9,1	3,6	-4,8
Serviços	-3,7	1,9	-6,9	-4,6	-8,1
Construção civil	-5,9	-2,5	-4,6	-3,3	-3,5
Agropecuária	2,2	-7,1	0,4	3,8	5,2
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	-0,2	-0,1	0,0	0,1
Outros <sup>2/</sup>	-0,7	0,5	-0,1	-0,2	-0,7

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

de 2015 (outros serviços, -11,8%; transportes e correios, -9,5%), segundo a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 4,6% em fevereiro (outros serviços, -10,0%; transportes e correios, -9,8%) e 3,9% em novembro.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$198,6 bilhões em fevereiro, aumentando 0,4% no trimestre e 2,5% em doze meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$106,6 bilhões, com acréscimos respectivos de 0,2% e de 3,8%, e as realizadas com recursos livres, R\$92 bilhões, ampliando 0,7% no trimestre e 1,0% em doze meses.

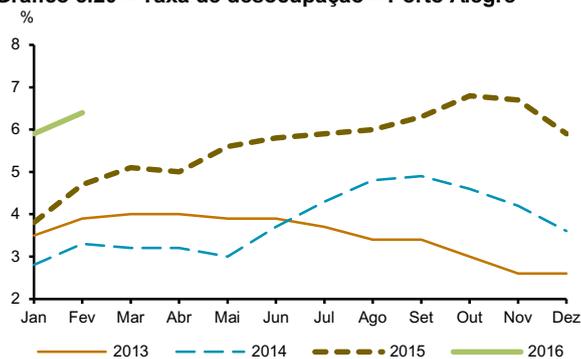
A carteira de pessoas físicas somou R\$117,7 bilhões, aumentando 1,9% no trimestre e 6,7% em doze meses, destacando o crescimento das modalidades de financiamentos imobiliários e crédito pessoal não consignado. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$80,9 bilhões, com recuos de 1,7% e 3,1%, nas mesmas bases de comparação, ressaltando-se a redução no saldo das operações com a indústria de transformação, em especial no segmento de peças e acessórios para automotores, e com o comércio.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,4% em fevereiro, com elevações de 0,1 p.p. no trimestre e de 0,5 p.p. em doze meses. No trimestre, houve aumentos de 0,1 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência situou-se em 3,2% e 3,7%, respectivamente.

O Icec, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), atingiu 82,7 pontos no primeiro trimestre (77,9 pontos no trimestre anterior e 93,8 pontos em igual período de 2015). O indicador manteve-se em patamar que indica falta de confiança dos empresários pelo quinto trimestre consecutivo, e de seus nove componentes apenas os relativos às expectativas para os próximos seis meses para a empresa e para o setor permanecerem acima de 100 pontos.

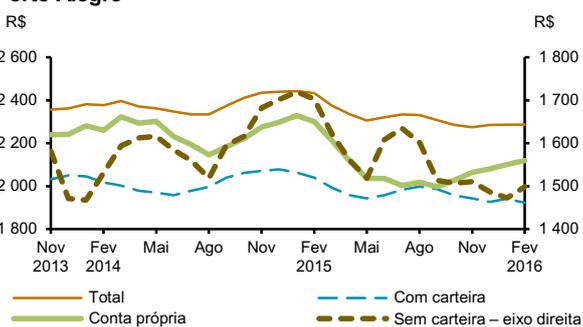
O índice ICF, elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomércio-RS, atingiu 68,6 pontos no trimestre encerrado em março (66,3 pontos na avaliação de consumidores com renda até dez salários mínimos e 78,4 pontos na daqueles com renda superior a dez salários mínimos). O ICF havia totalizado 107,2 pontos e 70,8 pontos, respectivamente, nos trimestres encerrados em março e em dezembro de 2015.

**Gráfico 5.20 – Taxa de desocupação – Porto Alegre**



Fonte: IBGE

**Gráfico 5.21 – Rendimento médio real habitual<sup>1/</sup> – Porto Alegre**



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de fevereiro de 2016, corrigidos pelo INPC.

**Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
RS	-975	-511	5 007	8 138
Governo estadual	-887	-712	4 975	8 124
Capital	113	133	40	52
Demais municípios	-201	68	-7	-37

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

**Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida <sup>2/</sup>
		2014	Outros <sup>4/</sup>			
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Dez	
RS	58 075	-511	8 138	7 627	3 210	68 912
Governo estadual	57 994	-712	8 124	7 412	3 001	68 408
Capital	398	133	52	185	78	660
Demais municípios	-317	68	-37	30	131	-156

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

7/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnê de lojas, empréstimo pessoal, aquisições imobiliárias, compras de automóveis e contratação de seguros.

O percentual de famílias endividadas<sup>7</sup> atingiu, em média, 66,2% no primeiro trimestre (49,2% e 65,6% nos trimestres encerrados em março e dezembro de 2015), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em estatísticas da CNC. O percentual de famílias com faturas em atraso passou de 17,5% para 29,1% na comparação interanual, e o tempo de atraso atingiu, em média, 60 dias.

A economia gaúcha eliminou 21 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em fevereiro (-25 mil em igual trimestre de 2015), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os desligamentos na indústria de transformação, 9,2 mil (3,3 mil na indústria de material de transporte e 2,6 mil na indústria mecânica) e no setor de serviços, 8,1 mil (2,2 mil em transportes e comunicação, 2,1 mil em administração de imóveis e 2 mil em ensino). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando retraíra 1,2%, na mesma base de comparação, destacando-se as retrações na indústria de transformação (1,6%) e na construção (2,1%).

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 6,1% no trimestre encerrado em fevereiro (4,0% em igual período de 2015), de acordo com a PME do IBGE, refletindo diminuições na população ocupada (4,2%) e na PEA (2,1%). Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego situou-se em 6,7% no trimestre terminado em fevereiro (6,6% no encerrado em novembro), enquanto o rendimento médio real habitual e a massa salarial real variaram 0,5% e -0,7%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul atingiu R\$511 milhões em 2015, ante R\$975 milhões em 2014, repercutindo a redução no *superavit* do governo estadual (de R\$887 milhões para R\$712 milhões), o aumento de R\$20 milhões no resultado deficitário da capital e a reversão do *superavit* de R\$201 milhões para *deficit* de R\$68 milhões nos demais municípios. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$8,1 bilhões e o resultado nominal foi deficitário em R\$7,6 bilhões (R\$5,0 bilhões e *deficit* de R\$4,0 bilhões, respectivamente, em 2014).

**Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul**  
Itens selecionados

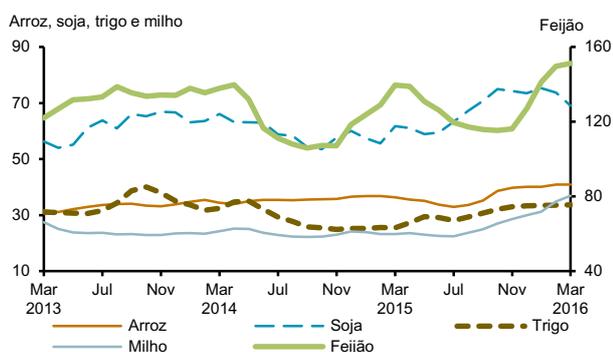
Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		Variação % 2016/2015
		Produção <sup>2/</sup> 2015	2016	
Grãos	74,4	31 894	30 802	-3,4
Soja	45,3	15 700	15 971	1,7
Arroz	18,5	8 679	8 208	-5,4
Milho	7,1	5 634	4 744	-15,8
Trigo	2,2	1 392	1 392	0,0
Feijão	0,8	96	93	-3,1
Outras lavouras				
Fumo	9,8	415	327	-21,3
Mandioca	3,7	1 150	1 111	-3,4
Uva	2,3	876	409	-53,3
Maçã	2,2	599	486	-18,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2016.

**Gráfico 5.22 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)**



Fonte: Emater

**Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul**  
Fevereiro de 2016

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates <sup>1/</sup>			
Bovinos	8,6	36,8	8,6
Suínos	4,0	59,2	0,3
Aves <sup>2/</sup>	14,9	18,2	12,5
Leite <sup>3/</sup>	1,7	-	9,8

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até dezembro/2015. Preços até fevereiro/2016.

A arrecadação de ICMS totalizou R\$27,6 bilhões no período de doze meses até fevereiro, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda. Apesar do aumento das alíquotas, a partir de janeiro de 2016, houve recuo de 2,0% na arrecadação real nesse período, considerado o IGP-DI como deflator.

As transferências da União para o estado somaram R\$8,1 bilhões em doze meses até fevereiro, de acordo com a STN, registrando contração real de 3,4% na comparação com igual período de 2015 (IGP-DI como deflator).

A dívida líquida do estado atingiu R\$68,9 bilhões em 2015 (65,5% da dívida do Sul), elevando-se 18,7% em relação a dezembro de 2014. A dívida representava, ao final de dezembro, 127,9% da Receita Corrente Líquida acumulada em doze meses.

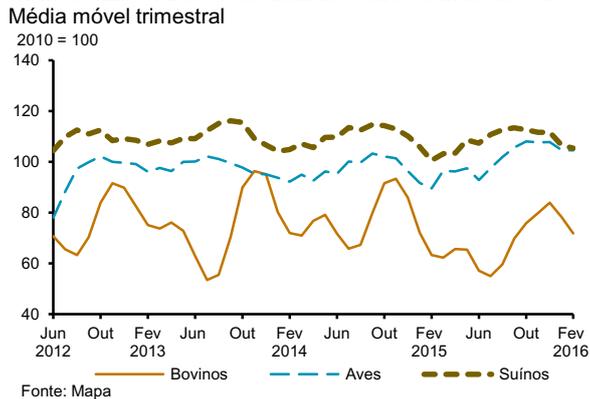
A safra gaúcha de grãos de 2016 está estimada em 30,8 milhões de toneladas (14,7% da produção nacional), de acordo com o LSPA de março, do IBGE. Essa projeção, que representa recuo anual de 3,4%, considera estimativas de retrações para a produção de milho (15,8%) e de arroz (5,4%), e de aumentos para as de soja (1,7%), com safra recorde de 16 milhões de toneladas. Dentre as demais culturas, ressaltem-se as reduções estimadas para as produções de uva (53,3%), maçã (18,8%) e fumo (21,3%).

As cotações médias de feijão, milho, arroz, trigo, e soja, aumentaram, na ordem, 23,3%, 20,2%, 3%, 2,3%, e -2,1% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao último de 2015, segundo a Emater/RS. Essas cotações elevaram-se 12,7%, 45,8%, 10,9%, 31,9% e 24,7%, respectivamente, em relação ao primeiro trimestre de 2015.

O VBP real dos principais produtos agrícolas gaúchos, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 3% em 2016, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em março. São esperadas reduções nos VBP do milho (8,9%), do arroz (6,4%) e do feijão (1,8%), e elevações nos da soja (8,9%) e trigo (2,9%).

Os abates de aves, bovinos e suínos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, aumentaram, na ordem, 14,9%, 8,6% e 4%, no primeiro bimestre de 2016, em relação a igual período de 2015, correspondendo a 16,3%, 2,8% e 21,4%, respectivamente, dos abates no país, segundo o Mapa. Na mesma base de comparação, os preços médios elevaram-se, na ordem, 12,5%, 8,6%

**Gráfico 5.23 – Abates de animais – Rio Grande do Sul**



**Gráfico 5.24 – Produção industrial – Rio Grande do Sul**



**Tabela 5.33 – Produção industrial – Rio Grande do Sul**

Geral e atividades selecionadas

Setores	Variação % no período			
	Pesos <sup>1/</sup> 2015	2016		12 meses
		Nov <sup>2/</sup>	Fev <sup>2/</sup>	
Indústria geral	100,0	-3,1	3,4	-10,4
Produtos alimentícios	16,4	-1,5	3,4	0,4
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	-11,4	-2,6	-32,2
Máquinas e equipamentos	12,0	-5,7	-0,6	-24,5
Outros produtos químicos	10,3	3,0	2,6	3,8
Artef. couro e calçados	8,9	-4,9	6,6	-4,5
Produtos de metal	8,5	-0,1	-2,6	-7,5
Produtos de borracha e plástico	5,0	-5,3	1,6	-10,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 5.25 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul**



e 0,3%, conforme a Emater/RS e o CEPEA/USP, e as respectivas quantidades exportadas, impulsionadas pelas vendas para Hong Kong e China, cresceram 18,2%, 36,8% e 59,2%, respectivamente, de acordo com o MDIC.

A produção gaúcha de leite (14,5%, em média, do total nacional), cresceu 1,7% em 2015, segundo o IBGE. O preço do produto aumentou 9,8% nos dois primeiros meses de 2016, conforme a Emater/RS.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 6,3% em 2016, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em março. Estão projetados decréscimos nos VBP de suínos (18,6%), leite (11,4%), ovos (2,6%), bovinos (0,9%) e frango (1%).

A produção da indústria do Rio Grande do Sul cresceu 3,4% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando recuara 3,1%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Destacaram-se os aumentos nas indústrias calçadista (6,6%), de celulose, papel e produtos de papel (13,6%) e de produtos alimentícios (3,4%), e as retrações nas atividades refino de petróleo (8,1%) e metalurgia (4,5%).

Considerados períodos de doze meses, a indústria gaúcha contraiu 10,4% em fevereiro (-11,1% em novembro), repercutindo recuos em treze das catorze atividades pesquisadas (veículos, -32,2%; máquinas e equipamentos, -24,5%; metalurgia, -22,3%). Ressalte-se que, refletindo a ampliação da capacidade instalada da CMPC Celulose Riograndense Ltda, a produção de celulose, papel e produtos de papel aumentou 52,7% no período.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) recuou 1,8% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando decrescera 2,0%, no mesmo tipo de comparação, conforme estatísticas dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). Houve reduções em cinco das sete variáveis que compõem o indicador (compras industriais, -5,8%). O Nuci atingiu média de 78,8% no trimestre finalizado em fevereiro (77,4% no encerrado em novembro), dados dessazonalizados. Considerado períodos de doze meses, o IDI recuou 8,8% em fevereiro.

O Icei atingiu média de 39,1 pontos no primeiro trimestre de 2016, elevando-se 2,8 pontos em relação ao

**Tabela 5.34 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul**

Discriminação	Variação %		
	2015 Nov <sup>2/</sup>	2016 Fev <sup>2/</sup>	12 meses
IDI	-2,0	-1,8	-8,8
Compras industriais	-2,9	-5,8	-14,3
Faturamento	-28,0	-1,9	-11,3
Emprego industrial	-2,7	-2,1	-7,3
Horas trabalhadas	-3,1	-2,6	-9,0
Massa salarial	-3,2	-1,9	-9,2
Nuci <sup>1/</sup>	77,4	78,8	78,7

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 5.35 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	3 094	2 809	-9,2	-5,1
Básicos	848	631	-25,7	-5,3
Industrializados	1 687	1 678	-0,5	-4,9
Semimanufaturados	249	393	57,9	-8,5
Manufaturados <sup>1/</sup>	1 438	1 285	-10,6	-3,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 5.36 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-março**

Discriminação	US\$ milhões		
	Valor		
	2015	2016	Var. %
Agricultura e pecuária	405	274	-32,3
Indústria de transformação <sup>1/</sup>	2 684	2 529	-5,8
Alimentos e bebidas	853	703	-17,6
Produtos químicos	375	411	9,6
Fumo	315	286	-9,2
Calçados e couros	232	237	2,2
Celulose, papel e prod de papel	33	181	448,5
Veículos	225	163	-27,6
Máquinas e equipamentos	211	157	-25,6
Borracha e plástico	79	77	-2,5
Produtos de metal	79	75	-5,1
Móveis e indústrias diversas	44	38	-13,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Itens selecionados.

trimestre anterior e mantendo-se estável ante igual período de 2015, segundo a Fiergs. O indicador situou-se abaixo de 50 pontos (zona que indica falta de confiança) pelo oitavo trimestre consecutivo. O Ipci da construção atingiu 33,4 pontos no trimestre, recuando 1 ponto e 5,4 pontos, nas mesmas bases de comparação. Ressalte-se que, a evolução interanual repercutiu decréscimos respectivos de 5,7 pontos e 4,7 pontos nos componentes que avalias as expectativas e as condições atuais.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 1,4 mil unidades no primeiro trimestre, segundo a Fenabrave, recuando 25,5% em relação a igual intervalo de 2015. Em doze meses até março, foram comercializadas 5,9 mil unidades (6,3 mil em 2015).

A balança comercial do Rio Grande do Sul foi superavitária em US\$1,4 bilhão no primeiro trimestre de 2016 (US\$535,3 milhões no mesmo período de 2015), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$2,8 bilhões e as importações, US\$1,8 bilhão, reduzindo-se 9,2% e 30,7% respectivamente, no período.

A evolução das exportações resultou de variações de -17% nos preços e de 9,4% no *quantum*. Os embarques de produtos manufaturados (45,8% do total) diminuíram 10,6 % (automóveis, -9,7%; partes e peças para veículos, -5,7%;) e os de produtos básicos (22,5% do total), 25,7% (fumo, -9,5%; soja, -26,3%). Em contrapartida, as vendas de semimanufaturados (14% do total) aumentaram 57,9% (celulose, 669,2% – em especial para a China, Itália e EUA).

As exportações para os EUA, China e Argentina representaram, em conjunto, 29,3% das vendas externas do estado no trimestre, destacando-se o recuo nas vendas de fumo para os EUA (-6%) e o aumento nas de celulose para a China (753,5%) e EUA (800,9%).

A trajetória das importações refletiu recuos de 16,9% no *quantum* e de 16,7% nos preços. Houve retrações em todas as categorias de uso: matérias-primas e produtos intermediários, que representaram 56,1% do total exportado pelo estado no trimestre, 30,9% (naftas, -23,6%; partes e peças para veículos; -34,9%); bens de consumo duráveis, 47,5% (automóveis, -47,4%); combustíveis, 24,5%; bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 18% (peras frescas, -37,7%); e bens de capital, 33,6% (veículos de carga, -29,8%).

**Tabela 5.37 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB**  
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	2 558	1 772	-30,7	-33,4
Bens de capital	488	324	-33,6	-27,0
Bens Intermediários	1 435	992	-30,9	-32,0
Bens de consumo	268	179	-33,2	-26,9
Duráveis	141	74	-47,5	-51,2
Automóveis de passageiros	127	67	-47,2	-54,5
Semiduráveis e não duráveis	128	105	-18,0	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	367	277	-24,5	-52,4
Petróleo	363	273	-24,8	-45,6
Demais	4	4	0,0	-54,6
Bens não especificados	0	0	-	27,7

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 5.38 – IPCA – RMPA**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2015			2016
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	2,34	1,66	2,60	3,23
Livres	75,4	2,13	1,70	2,34	3,12
Comercializáveis	37,2	2,83	1,74	2,07	3,42
Não comercializáveis	38,2	1,46	1,65	2,60	2,84
Monitorados	24,6	2,99	1,54	3,42	3,57
Principais itens					
Alimentação	26,6	2,54	2,40	4,33	4,77
Habitação	14,8	1,64	2,44	1,84	3,18
Artigos de residência	4,7	2,65	2,80	0,78	2,19
Vestuário	6,2	3,33	-1,19	3,06	0,65
Transportes	18,3	2,01	1,01	3,28	3,14
Saúde	10,9	3,31	2,02	1,68	2,39
Despesas pessoais	10,4	3,17	1,31	0,68	2,17
Educação	4,5	0,12	1,58	0,50	7,10
Comunicação	3,7	0,62	0,21	2,47	-0,51

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2016.

As importações provenientes da Argentina, China e EUA responderam, em conjunto, por 45,5% das compras do estado, destacando-se as reduções nas aquisições de veículos de carga e automóveis originários da Argentina (-29,6% e -37,5%), de partes e peças para veículos, da China (-49,3%) e de naftas dos EUA (-3,9%).

O IPCA da RMPA variou 3,23% no primeiro trimestre de 2016, ante 2,60% no último de 2015, evolução decorrente de acelerações dos preços livres, de 2,34% para 3,12%, e dos monitorados, de 3,42% para 3,57% (energia elétrica residencial, 4,63%; gasolina, 8,19%).

A trajetória dos preços livres sofreu o impacto da aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 2,07% para 3,42% (leites e derivados, 8,36%; bebidas e infusões, 4,44%), e dos preços dos bens não comercializáveis, de 2,60% para 2,84%. Ressalte-se, nesse segmento, os impactos do grupo alimentação (frutas, 17,66%, e alimentação fora do domicílio, 2,74%) e do reajuste sazonal no item cursos regulares (8,60%).

O índice de difusão atingiu 69,8% no trimestre finalizado em março de 2016 (59,1% e 61,4% nos trimestres encerrado em dezembro e em março de 2015, respectivamente).

O IPCA da RMPA variou 10,19% no período de doze meses até março, ante 11,21% em 2015. Houve desaceleração nos preços monitorados, de 17,44% para 12,02%, e aceleração nos preços livres, de 9,34% para 9,61% (comercializáveis, de 9,26% para 10,44%, e não comercializáveis, de 9,42% para 8,82%).

A retração econômica registrada no Rio Grande do Sul em 2015 foi menor do que a observada em âmbito nacional, trajetória associada, em grande parte, à maior participação do setor primário na composição do produto regional relativamente ao do país (10,1% e 5,3%, na ordem, segundo as Contas Regionais de 2013). A evolução da economia gaúcha em 2016 está condicionada, entre outros fatores, pelas dificuldades das finanças públicas estaduais e pelo quadro desfavorável da confiança de empresários e consumidores – com impactos sobre investimento, consumo e emprego –, com perspectivas de recuos na produção agrícola e no VBP da produção primária. Porém, a consolidação da melhora dos resultados do comércio exterior poderá atenuar os efeitos desfavoráveis desses fatores.